

**LUÍS ANSELMO
ANTÓNIO MEDEIROS
FERNANDO SILVA
JOÃO VASCONCELOS
JORGE MARTINHO
MANUEL CABRAL
MARIA DA GRAÇA PEREIRA
MÁRIO ESTRELA**

30 ANOS DE ANACOM NOS AÇORES

O início

A presença da ANACOM nos Açores remonta a dezembro de 1993, altura em que se formalizou a transferência das competências e património dos Serviços Radioelétricos dos Açores — serviço pertencente aos Correios de Portugal, S. A. (CTT) — para o Instituto das Comunicações de Portugal (ICP).

Nessa transferência de património, a ANACOM ocupou aquele que ainda é o edifício da delegação da ANACOM nos Açores. Este edifício tinha sido construído pelos CTT em meados dos anos 80, mas a sua ocupação só aconteceu a partir de setembro de 1992, sendo que toda a instalação de equipamentos foi da responsabilidade dos técnicos que transitaram para o então ICP.



Foto do edifício tirada no início de 1994

Fonte: ANACOM

Meios humanos

A transição dos serviços radioelétricos foi acompanhada da passagem de sete trabalhadores para os quadros do ICP, dois dos quais ainda se mantêm em funções: António Medeiros e Mário Estrela.

Um ano depois da entrada do engenheiro Paim Vieira para chefe da delegação nos Açores, foram admitidos cinco novos elementos (quatro técnicos e um administrativo). Em 1995 e 1996 entraram mais dois colaboradores (embora saindo um), atingindo-se assim o pico máximo de catorze funcionários a trabalhar nos Açores.

Desde então, apenas foi admitido um novo colaborador, em 2001, e com as saídas para a reforma, o número de colaboradores tem diminuído, perfazendo, em 2019, oito elementos.

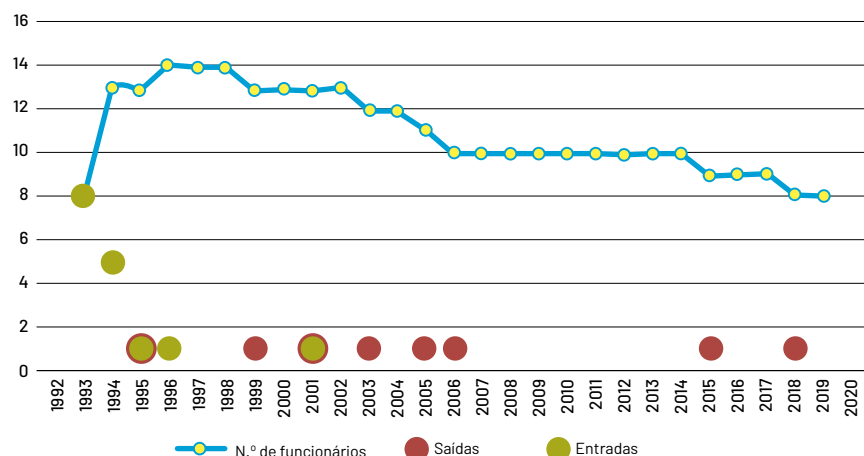


GRÁFICO 1 – Evolução do número de funcionários da ANACOM nos Açores

Fonte: ANACOM

Atividade

No início da atividade da ANACOM nos Açores, os técnicos radioelétricos exerciam o seu trabalho por turnos de oito horas (dois elementos por turno), mantendo os serviços de fiscalização fixa a trabalhar vinte e quatro horas por dia (horário do tipo H24). O objetivo era poderem acompanhar a tempo inteiro as emissões radioelétricas e proceder a registos, medições e análise das suas características técnicas fundamentais, assim como determinar a proveniência de emissões não autorizadas.

Com a entrada em atividade da ANACOM nos Açores, passou a ser mais fácil proceder à legalização das rádios locais, efetuar exames de rádio amador e respetivos licenciamentos, proceder ao licenciamento de um crescente número de utilizadores do Serviço Móvel Terrestre (SMT) e, acima de tudo, ter uma maior proximidade no atendimento ao cliente.

Com o evoluir do sector das radiocomunicações, a necessidade de uma maior presença da ANACOM em serviços de monitorização e fiscalização no exterior aumentou, o que deu origem à alteração dos horários por turnos do tipo H24 para H16, passando a delegação a ter serviços entre as 8:00 e as 24:00. Nesta altura, o turno noturno era assegurado pelo centro de monitorização de Barcarena em modo remoto. Esse regime de horários manteve-se em vigor de 5 de junho a 30 de setembro de 2002, data em que o regime de turno foi extinto. A partir de 1 de outubro daquele ano, os técnicos passaram ao regime de horário diurno, entre as nove da manhã e as cinco da tarde, sensivelmente, criando-se equipas de prevenção em caso de chamada para eventuais intervenções no terreno fora do período normal de trabalho.

Com essa mudança, conseguiu-se melhorar a fiscalização móvel em todas as ilhas, efetuando-se mais deslocações, garantindo-se o acompanhamento do crescente aumento dos serviços de comunicações (que passaram de 12 em 1993 para 26 em 2019), bem como do número de estações instaladas no arquipélago [sem contar com estações de radioamadores e CB, passaram de 245 (revista Factos, ano III, n.º 8, abril de 1994) para 1816 estações, de acordo com os dados atuais disponíveis].

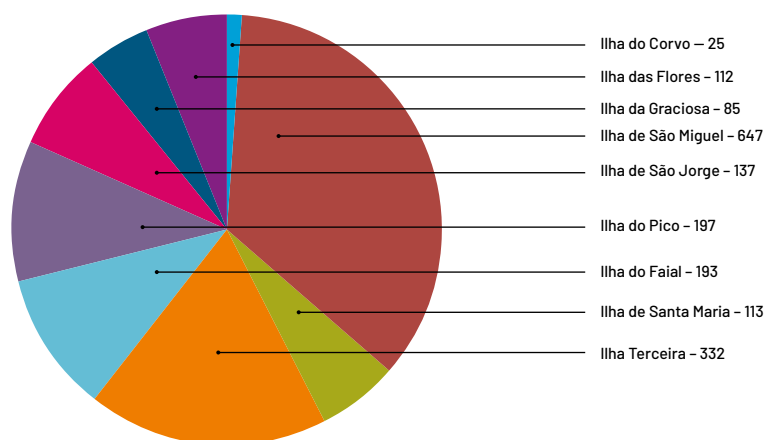


GRÁFICO 2 – Estações licenciadas nos Açores por ilha em abril 2019

Fonte: ANACOM

Com a entrada em vigor do Regulamento ITED (infraestruturas de telecomunicações em edifícios) e posteriormente do ITUR (infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjuntos de edifícios), bem como o regime R&TTE (atualmente RED/CEM), a equipa da DLA foi diversificando cada vez mais a quantidade e tipologia de trabalhos a realizar pelas nove ilhas do arquipélago dos Açores.

Em mais de quinze anos existiram naturalmente algumas alterações de paradigmas de abordagem e de intervenção nas competências que estão adstritas à ANACOM. A delegação nos Açores assume hoje, e em pleno, a importância do seu papel na Região Autónoma dos Açores ao desempenhar a sua missão em áreas que vão desde a monitorização do espectro à fiscalização das obrigações de operadores do serviço postal, passando pelo cumprimento das diretivas europeias em matéria de equipamentos de telecomunicações no mercado, telecomunicações em edifícios, cobertura de serviços móveis e de radiodifusão, resolução de interferências nos mais diversos serviços de rádio e telecomunicações, até à representação da entidade reguladora junto dos órgãos de governo da região.

Evolução dos meios

Ao longo dos últimos anos foram implementadas melhorias significativas na fiscalização fixa, tendo sido a delegação nos Açores, em colaboração com o Instituto de Telecomunicações do Instituto Superior Técnico, a primeira a integrar, quer em

fase de projeto piloto, quer na fase de exploração no seu centro de monitorização e controlo do espectro radioelétrico, as mais recentes inovações em matéria de monitorização remota do espectro por IP, equipando-se com dispositivos e sistemas de tecnologia recente, assim como adaptando outros, de forma a que aquele tipo de atividade se tornasse hoje uma realidade transversal a todos os centros de monitorização da ANACOM no território português.



Equipamentos de medida no início da ANACOM nos Açores

Fonte: ANACOM

Hoje, e na senda de novas abordagens às missões que são confiadas à ANACOM, a delegação dos Açores está em processo de requalificação, o qual envolve a realização de obras que visam melhorar as instalações e as condições de trabalho, reforçando a segurança e facilitando o acesso à informação e transferência de conhecimento.



Sala de monitorização na década de 90 do século passado e em 2016

Fonte: ANACOM

Para poder desenvolver a sua atividade mais perto das populações e dos operadores de rádio e de telecomunicações, a delegação tem utilizado meios móveis, designadamente viaturas adaptadas e dotadas de equipamentos para fazer ações de monitorização no terreno. Ao longo dos anos o trabalho de adaptação era feito pelos próprios técnico da delegação.

A mais recente estação móvel é de 2011 (uma viatura Mercedes Vito) e está apetrechada com bastidor para equipamentos, mastro de antena regulável em

altura por sistema pneumático, bancada de trabalho, ar condicionado, grupo gerador e possibilidade de ligação a fonte externa de energia.



Bancada interior e antenas da estação móvel usada até 2011 (Nissan Patrol)

Fonte: ANACOM



Espaço interior da atual estação móvel (Mercedes Vito)

Fonte: ANACOM

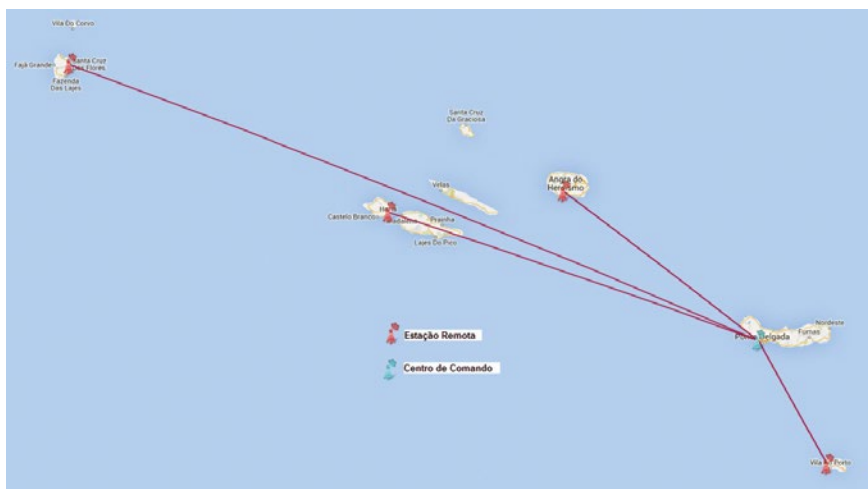
Para evitar ter que deslocar equipas para as várias ilhas do arquipélago dos Açores, sempre que era preciso fazer ações de monitorização do espectro, foi desenvolvida uma solução composta de pequenas estações remotas, constituídas por um PC, um equipamento rádio e um *router*.

As primeiras estações, instaladas nas ilha Terceira e na ilha das Flores em 2004, eram compostas por equipamentos rádio existentes na própria delegação



Equipamentos rádio da primeira estação remota nos Açores

Fonte: ANACOM



Mapa de localização das estações remotas nos Açores

Fonte: ANACOM

(AOR 3000A e SDU5000), sendo o *software* desenvolvido por meios humanos próprios. Mais tarde, em 2011, evoluiu-se para equipamentos rádio integrados no PC, da marca *Winradio*, e, em 2014, na reutilização de antigos equipamentos das estações SINCRER (R&S ESVN 40). Atualmente, existem na Região Autónoma dos Açores quatro estações remotas em funcionamento.

O futuro

Abrangendo um território com cerca de 2300 km², distribuído por nove ilhas, cujo afastamento máximo se situa nos 600 km, o arquipélago constitui a área de atuação da delegação nos Açores.

Sobretudo na área das telecomunicações, a procura de mais e melhores serviços por parte de cidadãos e empresas reforçará cada vez mais o papel da ANACOM na defesa de níveis de qualidade e acessibilidade dos utilizadores finais, o que reforça a necessidade de proximidade do regulador às populações. Vislumbra-se ainda um alargamento da missão a outras áreas, designadamente face ao desenvolvimento de projetos científico-tecnológicos, como é o caso o projeto de um porto espacial na ilha de Santa Maria.

Para poder dar resposta a todas as solicitações e enfrentar os novos desafios, o futuro da delegação dos Açores, tal como o da ANACOM em geral, exige uma adequada estrutura de meios humanos, tecnológicos e infraestruturas.

